
**ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL:
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE
E SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR¹**

Deribaldo Santos – FECLESC - UECE
Priscila A. de Amorim- FECLESC - UECE
Rosiane B. Barros- FECLESC - UECE

Resumo

Este artigo discute, sinteticamente, o processo de mercantilização da educação no estágio atual de crise profunda do capitalismo. A comunicação parte do pressuposto de que o panorama da educação toma cada vez mais um caráter predominantemente profissionalizante, que agora migra do nível básico para o superior, assumindo radicalmente feições de mercado. Na tentativa de refutar ou confirmar tal hipótese, a exposição averigua o comportamento desses dois níveis do sistema de ensino brasileiro no contexto da crise estrutural do capital (Mészáros, 2000). A análise é apreendida à luz da onto-metodologia marxista, que entende a centralidade do trabalho como base da constituição do ser social. À guisa de conclusões, o ensaio aponta para o aprofundamento do caráter dual da educação na sociedade capitalista em crise profunda.

Palavras-chave: Formação profissional; Ensino médio; Ensino superior.

Abstract

This article discusses, briefly, the process of commercialization of education in the present state of profound crisis of capitalism. The communication assumes that the landscape of education takes an increasingly been predominantly professional, now migrates from basic level to top, assuming radically features market. In an attempt to refute or confirm this hypothesis, exposure scrutinizes the behavior of these two levels of the Brazilian education system in the context of capital's structural crisis (Mészáros, 2000). The analysis is grasped in the light of the onto-Marxist methodology, which considers the centrality of work as the basis of the constitution of the social relationships. By way of conclusion, the essay points to the deepening of the dual character of education in capitalist society in deep crisis.

Keywords: Training, College Education, High School.

1 - Introdução

A história do capitalismo mostra sua tendência de mercantilizar e fragmentar todo e qualquer complexo social. A lógica do mercado vem prevalecendo em todos os âmbitos e influenciando gradativamente o modelo de sociedade em benefício da classe dominante. Com o complexo educativo não é diferente. Ele é chamado a criar medidas de escape que

¹ Esta pesquisa é vinculada aos estudos desenvolvidos no Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação, Estética e Sociedade (GPTREES), cadastrado na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e articulado ao espaço do Laboratório de Pesquisa sobre Políticas Sociais do Sertão Central (Lapps), ambos organismos da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC), unidade acadêmica da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

amenizem os efeitos dessa situação. É seguindo a lógica do capital que a burguesia vem transformando a educação em um produto de mercado.

István Mészáros (2000) sustenta existir, hoje, uma crise sem precedentes no interior do capital. Para esse autor, a crise atual se diferencia das outras crises passadas por ser esta de natureza estrutural. Para tentar superá-la, o capitalismo se apropria de mecanismos institucionais coordenados pelo Estado (por meio dos seus projetos, alianças e de pactos políticos dos mais diversos) e de outras táticas, tentando reverter o declínio da taxa de lucro. Nesse contexto, a educação passa a ser, como nunca antes visto, apenas como um meio de preparação de mão de obra para o mercado e, assim, favorecer acriticamente a reprodução ampliada do capital em crise.

O panorama acima descrito permite a este artigo pressupor que o complexo educacional, nos níveis básico e superior, é atravessado pela modalidade profissionalizante. Essa ramificação de uma modalidade com os dois níveis da estrutura educacional brasileira aponta para o atendimento aos interesses empresariais pela via da precarização da educação, que se volta fortemente para o aligeiramento e para a fragmentação da formação dos trabalhadores e seus filhos.

Para que possamos aferir nossos pressupostos, buscaremos averiguar o comportamento desses dois níveis do sistema de ensino brasileiro no contexto da atual crise capitalista. Como nossa intenção é desvendar a trama que procura encobrir o real, analisamos tal inquietação à luz da onto-metodologia marxista, pois concordamos decididamente com a centralidade do trabalho na constituição do ser social. Ademais, somente um método que considera a totalidade social poderá aclarar a problemática na perspectiva de quem é o sujeito ontologicamente revolucionário da história: o trabalhador.

2 - Algumas reflexões sobre trabalho, educação e crise estrutural do capital: debatendo sinteticamente o ensino médio profissionalizante e a educação superior.

É a partir do trabalho que surgem outros complexos, tais como o direito, a ciência, a religião, a educação, entre outros. Ao refletirmos acerca do papel do complexo educacional na sociedade primitiva à luz do pensamento lukacsiano, verificamos que ela incidia sobre o trabalho comum, efetivando-se de forma ampla através de diferentes conhecimentos e de forma espontânea. Segundo Saviani (1999, p. 8), “a educação é praticamente concomitante com a própria existência do homem”. Já a esfera escolar tem suas bases firmadas a partir da divisão social do trabalho, com o afastamento do homem da natureza, mais especificamente através da atividade do ócio.

Para sobreviver, o homem precisa produzir sua existência material, garantir seu alimento, sua vestimenta e demais elementos da subsistência humana. A natureza é a fornecedora material de onde o homem extrai seu sustento. O processo de transformação da natureza operado pelo homem é chamado de trabalho. É transformando a natureza que os indivíduos conseguem os subsídios necessários para garantir seu desenvolvimento material e espiritual. O homem afasta-se da natureza, rompe seu laço natural e passa a agir sobre ela modificando-a de acordo com suas necessidades, sob ato teleológico. Esse processo ocorre cotidianamente nas atividades de manutenção da existência humana. É por isso que se afirma ser o trabalho o ato fundante do ser social. Dito de outro modo: é o trabalho que funda a humanidade no homem. O que diferencia, portanto, o homem dos outros animais é o trabalho, pois, para transformar a natureza, ele planeja, a priori, suas ações. Logo, o ato de modificar a natureza não é inconsciente, mas obedece a uma finalidade. **Nesse**, merece destaque a clássica reflexão de Marx (2003, p. 211-2): “Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias”. Contudo, “o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera”.

No comunismo primitivo, a educação se dava em contato direto com a natureza, os mais novos aprendiam com os mais velhos no próprio ato de transformação. Assim, podemos identificar a existência de uma educação baseada no cotidiano. Quando o homem passa a dominar as técnicas de plantio, aos poucos vai se fixando na terra e dela se apropriando. Com a apropriação privada da terra, entre outros fatores, ocorre a divisão social das classes. Desaparecem os interesses comuns a todos os membros e acentuam-se os desejos distintos, com vantagem da classe que se apropria dos meios de produção – nesse momento a terra – sobre os trabalhadores. O processo educativo, que até então era único, passa a ser diferenciado: cria-se uma instrução distinta, com base nos interesses da classe dominante. Agora, conforme afirma Ponce (1998, p. 26), “a estrutura social começava a complicar-se, certos conhecimentos passaram a ser requeridos para o desempenho de determinadas funções, conhecimentos esses que os seus detentores começaram a apreciar como fonte de domínio”.

A apropriação privada da terra determina o início de uma educação dual, uma para os trabalhadores e outra para os detentores do ócio, os proprietários. Aqueles se educam no próprio âmbito de trabalho, já estes, que detêm do ócio, têm agora o lugar específico para seu aprendizado, a escola. Já a esse ponto da evolução humana, nem tudo o que a educação inculca nos educandos tem por finalidade o bem comum, a não ser na medida em que “esse bem comum” pode ser uma premissa necessária para manter e reforçar as classes dominantes

(PONCE, 1998, p. 28). No entanto, em consequência das longas mudanças ocorridas na estrutura social e econômica, surgiu a necessidade de que a classe menos favorecida obtivesse uma instrução também sistematizada, a fim de atender as novas demandas da sociedade de classes. Na prática social são criados dois modelos sistemáticos de educação, o primeiro, destinado à classe proprietária, ensino Propedêutico (clássico e científico), com ensino das ciências, das letras e das artes voltadas para a formação de futuros dirigentes; e o segundo, destinado aos subalternos, o ensino Profissional (prática, artesanal, instrução de mão de obra), com ensino de técnicas aprendido nas oficinas ou no próprio local de trabalho.

A relação social de produção se altera, assim como a forma de trabalho, de trabalho escravo (Antiguidade) para o servil (Idade Média). Como Saviani (1999, p. 3) aborda, na sociedade grega e romana, os homens viviam mais nas cidades que no campo, “porque a vida na cidade era suprida pelo trabalho desenvolvido nos arredores da cidade, que era o trabalho agrícola. Na Idade Média, os homens viviam no campo e do campo, ou seja, viviam no meio rural e da atividade agrícola”.

Com acentuação do comércio e o contato cada vez mais intenso com outros povos, os homens adquiriram outros valores. A Europa modificava-se, o crescimento do comércio transformou as cidades em centros urbanos. “Neste processo de renascimento urbano, comercial e intelectual, destacaram-se as universidades”. Ocorre a transformação das antigas escolas monásticas e das catedrais em universidades (VICENTINO; DORIGO, 2002, p. 139).

A modernização da Europa e a rápida expansão da indústria passaram a exigir mais mercados, não apenas fora, mas também dentro desse continente. Enquanto a economia e a sociedade se renovam, levando os países às “crises políticas sucessivas, as bases materiais também se transformam, mediante a possibilidade de circular mais depressa, através de uma superfície muito maior que no período anterior” (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p. 23).

O sistema econômico desenvolveu-se, tornando-se cada vez mais complexo. Ao longo do tempo, de forma paulatina, com avanços e retrocessos, sempre de forma oscilante, portanto, nunca linear, a produção se deslocou dos setores familiares para organismos empresariais burocráticos e de grande porte, dando origem a uma nova classe de trabalhadores, chamados de liberais. Essa fase do capitalismo enfrentou seu primeiro grande desafio quando o “crash” da bolsa de 1929, em Nova York, transformou-se na Grande Depressão da década de 1930. Na década de 1970, o quadro altera-se drasticamente com a transição dos chamados 30 anos dourados do capitalismo para o capitalismo financeirizado.

O século XX vai expor a fase mais desenvolvida do capitalismo, e do sistema do capital, onde este último, como afirmam Santos e Costa (2012), assume o papel de demiurgo

do controle do metabolismo social. O capitalismo, com essa configuração, acaba por promover uma riqueza custeada pela formação de grandes monopólios industriais que, por sua vez, sustenta-se sobre a exploração da mão de obra dos trabalhadores.

Optamos por debater a crise contemporânea do capital a partir das concepções de Mészáros (2000). Este estudioso faz uma análise indispensável sobre os mais recentes limites atingidos pelo capital no decorrer de seu desenvolvimento histórico. Cabe destacar a princípio, que este sistema econômico, desde suas origens, está atravessado por consecutivas crises econômicas. Como enumera Santos (2012, p. 46): “inúmeras crises que ele [o capital] mesmo criou são registradas, tais como: a falência do Estado intervencionista soviético e do Estado de Bem estar Social keynesiano; duas grandes guerras mundiais; o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista”.

Em acordo com Mészáros, Deribaldo Santos (2012) salienta que no pré-capitalismo a produção voltava-se para o uso. Porém, ao longo de sua evolução histórica, o capitalismo tratou o trabalho vivo como mera mercadoria, consequentemente desumanizando-o.

Na verdade, na dinâmica de sua autorreprodução ampliada, o capital vem reconfigurando suas relações de produção, promovendo o deslocamento de sua produção – antes orientada ao consumo real, destinada ao atendimento das necessidades humanas – à produção do desperdício. Para a condução desse artifício, o capital em crise incontrolável, decorrente de suas próprias contradições internas de superprodução, limites de demanda e taxas decrescentes de lucratividade, busca deslocar essas contradições, alterando, sobremaneira, o ciclo da sua reprodução, agora perspectivado radicalmente pela produção genuinamente destinada para o consumo destrutivo (RABELO, *et al.*, 2012).

A reflexão dessas autoras aponta a gravidade da crise do capital, que se arrasta desde o início da década de 1970, aproximadamente. As crises expressam um desequilíbrio entre a produção e o consumo, comprometendo a plena realização do capital, ou seja, a conversão da mais-valia em lucro, processo que só se realiza mediante a produção, distribuição e consumo das mercadorias produzidas pelo esforço humano. Dito de outra forma, quando a produção de mercadorias supera a capacidade de compra (consumo) da população, o processo de acumulação é interrompido, uma vez que os estoques de mais-valia não garantem o fim capitalista. O processo de acumulação não consiste apenas em produzir mercadorias, estas necessitam ser convertidas em dinheiro para, imediatamente, regressarem ao sucessivo processo de acumulação do capital, a saber: produção-circulação-consumo.

Na esteira de Mészáros é oportuno assinalar que a crise atravessada pelo capital há quase meio século se distingue das crises cíclicas que acompanharam esse modo de produção na sua evolução histórica. “Marcada pela tendência decrescente da taxa de lucro, a crise teria

alcançado o próprio tripé de sustentação do metabolismo do sistema – capital-trabalho-Estado”. No intuito de superar a profunda crise, o capital adotou um complexo de estratégias que demandavam uma série de reformas que “reestruturaram profundamente o papel do Estado, colocando-o, de forma particularmente decisiva, a favor da acumulação privada”. Dessa forma, o Estado passa a instituir organismos de “super-exploração direta do trabalhador, articulados à privatização e à mercantilização crescentes dos bens e serviços sociais, como a educação e o conhecimento, além da saúde, da previdência etc.”. Esse movimento tem identidade com o processo de reestruturação do próprio sistema de dominação ideológica, que tem como função a produção de mistificações suficientemente influentes para disfarçar seu projeto e as mazelas que, através deste, são extremadas (SANTOS, et al., 2010, p. 4).

Nesse contexto, a educação é acionada para solucionar problemas que ultrapassam seus limites de alcance, problemas estes que tem suas raízes na própria rede de incongruências do capital em crise. O desemprego estrutural é um exemplo característico desse fenômeno. Propagam os recentes paradigmas educacionais¹ que o problema do desemprego pode ser solucionado por meio “da invenção de novas fórmulas pedagógicas, como se, numa equação invertida, estas contivessem a possibilidade de criar postos de trabalho, quando, na verdade, estes vêm sendo materialmente reduzidos de modo drástico, no quadro da referida crise” (SANTOS, et al., 2010, p. 4).

Nesse movimento, propaga-se o discurso de que qualquer indivíduo estando devidamente qualificado terá possibilidades de concorrer, com êxito, a uma vaga no mercado de trabalho. Dessa forma, “desconsidera-se o desemprego crônico produzido pelas necessidades do capitalismo contemporâneo e atribui-se aos indivíduos a responsabilidade e a culpa por eventuais fracassos”. Assim, “tornou-se um truismo a tese de que o melhor antidoto contra o desemprego é a educação” (LEHER *apud* SINDEAUX, 2010, p. 219).

Na análise do real, porém, constata-se que a educação é colocada na esteira da *globalização* e do neoliberalismo que, “apresentam-se com a pretensão de serem os dois pilares hegemônicos capazes de solucionar os problemas dos povos, principalmente, daqueles que vivem nos países ditos periféricos” (SANTOS, 2012, p. 45). Na esfera mercadológica, a educação é configurada como um indispensável instrumento no processo de reestruturação e reprodução do sistema. Entretanto, apesar de o complexo educacional sofrer mutações intensas, na sua essência, alterando sua especificidade e, portanto sua função social, defendemos que tal complexo é fundamental para a formação humana, porém não nos moldes capitalistas, mas num modelo de educação que vise à formação integral: omnilateral.

Nesse contexto, é preciso ressaltar que é o Estado quem vai determinar os rumos da educação, via políticas públicas neoliberais, de acordo com as exigências do processo de retomada das taxas de lucro, bem como da produção de mistificações do real. O movimento operado pelo Estado como comitê operacional da burguesia se reflete na mercantilização da educação, na difusão e dissimulação do dualismo educacional, na fragmentação e aligeiramento do ensino e, ideologicamente, na propagação do falacioso discurso de um ingresso instantâneo no mercado de trabalho, por meio da oferta de cursos técnico-profissionalizantes.

O tipo de formação que o Estado propõe para os filhos dos trabalhadores, por meio de suas políticas públicas, coincide com os anseios do capital em dois sentidos fundamentais. O primeiro consiste em profissionalizar trabalhadores para desempenhar a função de ler, escrever, contar e “apertar botão ou algum parafuso mecatrônico”², em outras palavras, para o desempenho de um ofício imediato. O segundo consiste em desviar esses trabalhadores da possibilidade de uma formação que permita refletir de forma crítica, pelo menos minimamente, o seu cotidiano com vias a transformá-lo. Apesar de a formação propedêutica ter um caráter mais geral, a forma como se apresenta, na hodierna crise capitalista, está na contramão dos ideais de formação omnilateral que defendemos para o ser humano. Cabe destacar também, que a formação que é destinada aos filhos da elite, apesar de prepará-los como dirigentes visando à manutenção da sociedade de classes, segue a lógica da empresa e não a da formação humana, portanto, também acaba por ser uma formação limitada.

Vejamos bem, a formação específica para o emprego permite ao capital perpetuar a reprodução do modo de produção capitalista por meio da qualificação aligeirada e acrítica de mão de obra. Por outro lado, contribui para evitar que os filhos dos trabalhadores tenham acesso a uma educação que vislumbre a formação humana, ainda que limitada, o que colabora para que o capitalismo mantenha o seu *status quo*.

A neoliberalização do Estado expressa-se perfeitamente nas palavras de Deribaldo Santos (2012, p. 34), o que nos permite um melhor entendimento sobre o que estamos sustentando:

Como estratégias, o Estado intermedeia a educação profissional no sentido de prover o competitivo mercado de trabalho e atender os interesses do capital. O crescente mercado de ensino profissional, verificado cotidianamente nos anúncios publicitários, acena com o sempre ideológico discurso de que com qualificação profissional ou formação específica para uma profissão se resolveria o problema das desigualdades sociais. Os bem aventurados intérpretes da ordem atribuem à educação um papel essencial na resolução da pobreza ainda persistente no capitalismo, defendendo, ademais, que a educação tem o poder de proporcionar a salvação aos indivíduos que vivem em situação de risco social, oferecendo um grau

maior de formação cultural às classes populares, garantindo-lhes qualificação cultural e profissional, reservando-lhes *o reino dos céus na terra* (itálico do original).

Nesse sentido, o Estado, *comitê executivo da burguesia*, repetimos, lança mão de seus dispositivos ideológicos para convencer os jovens de que a escola profissional é mais vantajosa do que a formação universitária³, já que a inserção no mercado de trabalho estaria garantida pela via profissionalizante. Concomitante a tais argumentos, uma formação em nível superior é oferecida para os trabalhadores na modalidade de Ensino Superior não Universitário (ESNU), geralmente oferecida de forma precária em instituições privadas e até públicas como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs); cursos de graduação tecnológica, oferecidos à distância, pré-matinal e de madrugada, entre outras arranjos encontrados pelo capital para vender educação aos filhos dos trabalhadores.

Esses arranjos de ensino superior propostos pelas atuais políticas públicas seguem a lógica capitalista. É como “matar dois coelhos com uma cajadada só”, pois não é mais coerente afirmar que o curso médio profissionalizante tem a função de conter as demandas por cursos superiores. Esse tipo de ensino superior se distancia fortemente da formação integral defendida nos clássicos do marxismo. Consistiu, ao fim e ao cabo, num dispositivo um pouco mais requintado de preparação dos filhos dos trabalhadores para o desempenho de um ofício imediatista, possivelmente, quando comparado com o curso técnico profissionalizante de nível médio, diferenciando-se somente pelo fato de este último não conferir um diploma de nível superior, mas, em termos de uma qualificação específica para o mercado de trabalho capitalista, tanto faz um como o outro, já que a decisão será tomada, em última instância, pela conjuntura empresarial que vai preferir o que lhe garantir mais lucro. Somam-se a isso, os insignificantes índices de jovens com idade entre 18 e 24 anos que concluem o ensino superior no Brasil e que, por isso, motivam a ação estatal em aumentar seus indicativos a qualquer custo.

Compreendemos, então, que, no contexto das políticas públicas neoliberais, os filhos dos trabalhadores têm a poderosa 'opção' para se formarem: o ensino médio profissional seguido de algum arranjo do chamado Ensino Superior Não Universitário (ESNU)⁴.

Os mecanismos de recomposição do capital em crise são bastante eficazes, principalmente aqueles que se encarregam de propagar as ideologias dominantes. O Estado neoliberal implementa suas políticas, mascarando os verdadeiros objetivos que estão em sua base que são, por sua vez, condizentes com a manutenção da sociedade de classes. Assim, no capitalismo, pelos limites de sua própria estrutura, não há possibilidades de tais políticas

proporcionarem um ensino para a classe menos abastada direcionado para uma formação integral que atenda os aspectos essenciais da formação humana. As políticas públicas do Estado neoliberal estão, como já referimos, na esteira do capital e, nesse sentido, são incapazes de proporcionar outra formação para os filhos dos trabalhadores que não a minimamente profissionalizante.

(...) reforçamos que as circunstâncias impostas à classe menos favorecida faz com que os filhos dos trabalhadores, de maneira geral, não tenham como alternativa o ingresso à universidade. Nesse caso, os cursos de graduação tecnológica, chamados de ensino não universitário, surgem esplendidamente “messiânicos” aparentando *sucesso* para os que teimam em sobreviver. Contudo, apenas e somente, a superação da sociedade de classes regida pelo mercado e a consequente emancipação humana das amarras da mercadoria poderão proporcionar ao ser humano uma educação plenamente integral: omnilateral (SANTOS, 2012, p. 169, aspas e itálico do original).

Hoje, já não há mais diferenças profundas entre os formados pelo ensino médio profissionalizante e pelo ESNU, principalmente, ao que se refere, por exemplo, à graduação tecnológica, de maneira geral.

No que se refere à formação universitária no ceio da crise do capitalismo, ocorre dinâmica semelhante a do ensino médio profissionalizante. No Brasil, a estrutura atual do ensino superior é marcada por transformações políticas que apontam para a expansão do mercado. O capital tem tomado novos direcionamentos no intuito de se sobressair de suas crises e, assim, continuar se reproduzindo, e para tal, conforme Sindeaux (2010, p. 215) “começa a voltar as suas atenções para áreas até então não exploradas, como a saúde e a educação”.

Em nome da reestruturação e reprodução ampliada do capital, a estrutura educacional dos países periféricos é mistificada a gosto do capital, indo, como estamos reforçando, do nível básico ao superior. Para tanto, no caso específico do nível superior, propaga-se o discurso de expansão e interiorização da educação “em nome da redução das disparidades sociais” fazendo surgir vários cursos e universidades em diversas localidades. Desse modo, inicia-se uma abertura para a implantação de cursos, universidades e escolas técnicas nas cidades do interior do país, sempre com preponderância da iniciativa privada, conforme demonstra o Censo da educação do (BRASIL; MEC; INEP, 2012).

Nessa lógica, a universidade tende a se modificar, pois é uma instituição social que exprime e reflete, de modo historicamente determinado, a sociedade em que está inserida. “Ela configura e dá forma às relações sociais, mas também é configurado por elas, pelos embates políticos e pelas disputas acadêmicas que atravessam e determinam o lugar social em

que existe” (DUARTE; ROMPINELLI, 2005, p. 30). Se vivemos em uma estrutura social marcada fortemente pelos desejos privatistas, nada mais natural que a universidade reflita tal cenário.

O número e a diversidade de modalidades de Ensino Superior (ES) tem se ampliado assustadoramente. As Instituições de Ensino Superior (IES) encontram-se generalizadas, fragmentadas em uma espécie de “aranha”, em que cada uma das suas articulações encontra-se um novo tipo de modalidade de instituições, entre elas encontramos: EaD; graduação tecnológica; graduação sequencial, graduação pré-matutinal, graduação na madrugada, entre alguns outros arranjos encontrados pelo capital para mercantilizar a educação. Essas formas de ofertar ES, em sua grande maioria privadas, oferecem licenciaturas e bacharelados. Para alimentar o anacronismo de nosso aracnídeo, a EaD oferta, além de bacharelados e licenciaturas, também, cursos sequenciais e tecnológicos. A maior parte dessa oferta encontra-se nas IES privadas, mas há arranjos das chamadas parcerias públicos privados (PPPs) dentro das universidades públicas que contribui para o aumento da nossa aranha, além dos chamados IFs. Esses institutos servem de bom exemplo dessa confusão, oferecem educação básica e cursos tecnológicos, além de licenciaturas e bacharelados e, em alguns casos, EaD. A Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), do Estado do ceará, acabou ganhando *status* de um caso clássico na confusão que se tornou o ES brasileiro. Sua forma ‘inovadora’ de vender educação, mesmo sendo uma universidade estadual, portanto pública, ganhou notoriedade mundial. Já há exemplos de cursos dessa IES sendo vendidos em países africanos.

Como as políticas adotadas para expansão do ES são formatadas, de maneira geral, para atenderem as características do tripé globalização, neoliberalismo e pós-modernidade, fornecendo uma multiplicidade de ofertas (pernas) de ensino, leva esta investigação a apontar que existe hoje, na estrutura do ES, uma “aranha”. O aracnídeo permite, assim, multiplicar as tipologias de cursos e seu número, influenciando, outrossim, através das suas modalidades, as especificidades e a qualidade dos cursos.

Desde logo, cabe apontar um paradoxo. Apesar das políticas adotadas ao longo dos anos, ditas em prol da expansão e democratização do ensino superior, a taxa de escolarização de jovens com idade de 18 a 24 anos gira em torno de 14,9% (INEP, 2011, p. 50). Cabe concluir que as vagas existentes, ainda hoje, continuam insuficientes para garantir o acesso diante da grande demanda da população ao ensino superior. Desse modo, como os governos não têm contemplado esta questão, com criação de vagas em IES públicas, muitos desses

jovens tem escondido para as pernas da “aranha” de caráter privado. E, sem dúvidas, podemos acreditar que este escoamento é parte da lógica do capital.

Observamos que, com a evolução da “aranha”, através da sua multiplicidade de ofertas de ensino, acentua-se a complexidade do ensino superior. Pois, dentro desse modelo, cada grupo social tem um tipo de escola própria, destinado a perpetuar nesses grupos uma determinada função social. Entre os diversos tipos de ensino, fica apontado que há no ES um especificamente destinado a acolher os filhos dos trabalhadores egressos, por um lado, de um ensino médio público – sobretudo – noturno, que é propedêutico, mas não universal, acabando por formar para alguma necessidade de mercado. E, de outro lado, os estudantes que vêm do ensino médio profissionalizante – nesse caso tanto faz ser público ou privado –, que mesmo sendo para formar profissionais, não profissionaliza, pois acaba formatando o jovem para uma necessidade imediata do mercado e não para os conhecimentos necessários de uma profissão minimamente autônoma.

Os dois casos somente podem formar pessoas com esvaziamento dos conteúdos. Suas opções curriculares são fragmentadas e aligeiradas, no limite, conseguem formar para a chamada cidadania planetária; criando assim, a necessária docilidade e acriticidade em seus formandos para que sejam coniventes com o capitalismo. Esses jovens, quando ingressam em alguma das pernas da “aranha” que se tornou o ES, acabam agradecidos ao Estado e ao capital por terem a chance de cursar esse nível educacional, já que, conforme mostram os índices oficiais, a maioria de seus pares está fora da universidade.

3 - Notas conclusivas

A partir da década de 1990, o sistema de educação brasileiro, desde os níveis até as modalidades, passa a assumir, com configuração mais metódica, a concepção empresarial de gestão e de financiamento. Seguindo as orientações das agências multilaterais, o Estado brasileiro estabelece as diretrizes educacionais em função de interesses empresariais, o que se configura como um processo agudizado de mercantilização do espaço escolar em todos os âmbitos. Esse cenário é delatado pela crescente ampliação de cursos fragmentados e aligeirados, bem como pela minimização dos conteúdos disciplinares em todos os níveis de ensino (SANTOS, *et al.* 2010, p. 19).

Essa artimanha é acionada sob a ilusória concepção de que a educação tem o poder soberano de solucionar problemas que ultrapassam seus limites de alcance, problemas estes que têm suas raízes na própria rede de incongruências do capital em crise. O desemprego estrutural é um exemplo característico desse fenômeno. O discurso oficial propaga que o

problema do desemprego pode ser solucionado por meio da profissionalização do trabalhador em nível técnico ou superior (tecnológico) como se a invenção de novas “fórmulas pedagógicas” possibilitesse criar postos de emprego.

Cabe enfatizar que os complexos trabalho e educação sofrem mutações no contexto da sociedade marcada pela divisão de classes, guiada por um sistema econômico que conduz a humanidade à barbárie. O trabalho, em seu sentido ontológico, é condição para a humanização. Foi ele o elemento preponderante no longo processo que culminou com a sociabilidade humana. A educação sistematizada participa desse processo transmitindo a cada indivíduo as características humano-genéricas a partir da cultura historicamente acumulada pelo conjunto da humanidade (SAVIANI, 1992).

Tanto o trabalho como a educação, porém, tem suas bases modificadas na sociabilidade regida pelo capital. O trabalho, no sentido histórico, passa a ser principalmente um meio de produzir mercadorias, não é mais o elo de interação entre homem e natureza, atividade fundante do ser social para sua autotransformação; na sociedade capitalista, passa a ser trabalho assalariado e alienado (ANTUNES, 2004). Já a educação escolar, deixa de cumprir sua função de garantir a transmissão dos conhecimentos produzidos pela humanidade, e passa a atender interesses mercadológicos.

Assim, como Tonet (2008), que sintetiza as aspirações dos clássicos do marxismo, defendemos que a formação humana, necessariamente autêntica, deve articular formação cultural/espiritual com a formação para o trabalho. Essa formação para se efetivar, exige a superação da sociedade de classes e, portanto, do capital. Implantar um modelo de formação integral nos limites estabelecidos pela estrutura social exige um posicionamento político emancipatório, que culmine em ações políticas que sejam contrárias às ideologias capitalistas. Ressalvados seus limites, a educação integral será possível se articulada a um projeto de superação da injusta sociedade dirigida pelo capital.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. Apresentação. In: ANTUNES, Ricardo (Org.) *Dialética do trabalho: escrito de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- BRASIL, MEC/INEP. *Censo da educação superior: Divulgação dos Principais Resultados do Censo, 2010*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/visualizar-/asset_publisher/6AhJ/content/sinopse-estatistica-e-microdados-do-censo-da-educacaosuperior-2010> acesso em 09/04/2013.
- DUARTE, Adriano, L; RAMPINELLI, Waldir J. Universidade, Sociedade e Política: algumas considerações sobre a relação entre público e privado em tempos de barbárie. In: WALDIR, José Rampinelli; Et., Ali., (Orgs.). *Universidade: a democracia ameaçada*. São Paulo: Xamã, 2005.

- LIMA, Marteana Ferreira; JIMENEZ, Susana Vasconcelos. O Complexo da educação em Lukács: uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social. In: *Educação em Revista*. Belo Horizonte. v.27. n.02. p.73-94. ago. 2011.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1, Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MESZÁROS. A crise estrutural do capital. In: *Outubro-Revista do Instituto de Estudos Socialistas*, São Paulo, n. 4. 2000.
- PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- RABELO, Jackline; et al. A produção destrutiva como princípio da lógica expansionista do capital em crise. In: SANTOS, Deribaldo e COSTA Frederico *Ontologia, estética e crise estrutural do capital*. Fortaleza/Campina Grande: EdUECE/EdUFCG, 2012.
- SANTOS, Deribaldo; COSTA Frederico. A Crise Estrutural do Capital: o verdadeiro mal-estar da contemporaneidade. In: SANTOS, Deribaldo; et al. *Ontologia, estética e crise estrutural do capital*. Campina Grande, EDUFCG/ Fortaleza: EdUECE, 2012.
- SANTOS, Deribaldo. *Graduação tecnológica no Brasil*: crítica à expansão do ensino superior não universitário. Curitiba: CRV, 2012.
- _____ ; JIMENEZ, Suzana; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. O Ideário educacional competente no contexto da crise estrutural do capital. *Cadernos PPGE- UFES-1-19.11.2010.pdf*.
- SANTOS, 2012 et ali 2010. Ensino superior não universitário no Brasil: a reforma para o mercado In: JIMENEZ, Suzana; et al. *Marxismo, educação e luta de classes*: pressupostos ontológicos e desdobramentos ídeo-políticos. Fortaleza: EdUECE, 2010.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, M. L. *Ensino superior público e particular e o território brasileiro*. ABMES, Brasília, 2000.
- SAVIANI, D. O trabalho como o princípio educativo frente às novas tecnologias. In: *Novas tecnologias, trabalho e educação*. 5ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.
- SINDEAUX, Rebeca. B. Políticas do Banco Mundial para a educação e suas implicações na formação docente. In: SANTOS, Deribaldo; et al. *Sociedade, ciências e sertão: Reflexões sobre Educação, Cultura e Política*. Fortaleza: EdUECE, 2010.
- TONET, Ivo. Educação e formação humana. In: JIMENEZ, Susana et al. *Marxismo, educação e luta de classes*. Fortaleza: UECE/IMO/SINTSEF, 2008.
- VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História para o Ensino Médio*. São Paulo: Scipione, 2002.

¹ Pedagogia das competências, dos projetos, do professor reflexivo, entre outras: “Denominados pela sociologia da educação de novos paradigmas educativos, são conceitos que guardam em comum a falta de centralidade da relação trabalho-educação” (SANTOS; COSTA, 2012, p. 90). Para um aprofundamento sobre a Pedagogia das Competências, ver em: SANTOS, Deribaldo; JIMENEZ, Susana; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores (2010).

² Expressão usada pelo professor Deribaldo Santos no seu Discurso de Orador Docente – FECLESC/UECE - semestre 2013.1. Quixadá, 15/02/13 (digitado).

³ Entendida como a formação voltada para a pesquisa científica, possibilitando uma formação geral do indivíduo, tornando-o capaz de pensar a sociedade, desenvolver sua autonomia. Isso inclui o acesso à cultura construída pelo conjunto da humanidade em sua trajetória histórica, bem como uma formação laica e propedêutica.

⁴ Não temos como abordar aqui a questão do financiamento estatal a faculdades e universidades privadas. Mas esse assunto não pode ficar fora do escopo de análise.